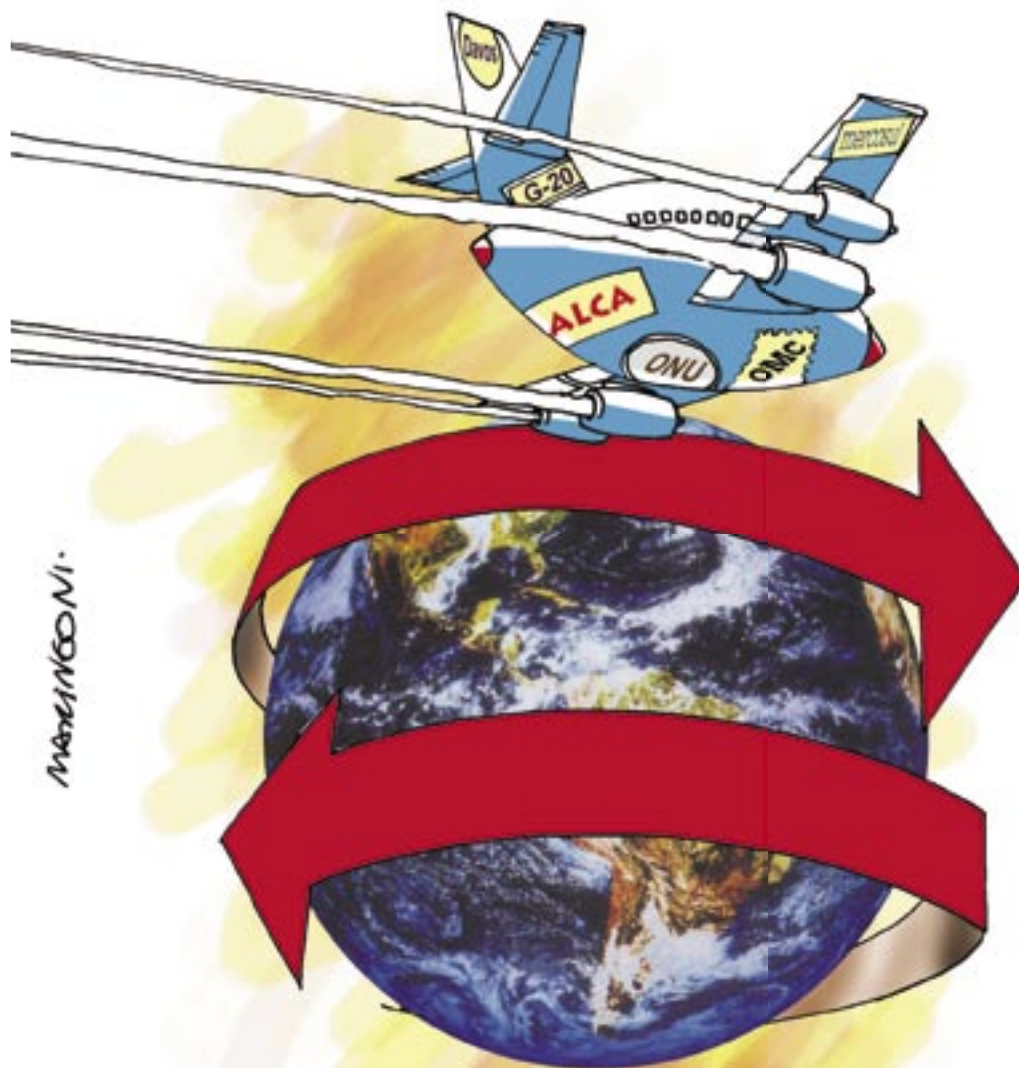


# POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA: CONTINUIDADES E RUPTURAS

Rafael Duarte Villa

Professor de Relações Internacionais do Departamento de Ciência Política da USP



*O Governo Lula parece operar uma nova alteração no paradigma da política externa brasileira, ao afirmar insistentemente que o país está buscando o espaço que lhe cabe, o qual deve ser bem maior quando comparado à percepção atual dos Estados mais importantes no sistema internacional contemporâneo. Podemos caracterizar a nova fase como de autonomia pela afirmação: o governo decidiu tornar o Brasil um dos principais protagonistas no sistema internacional, disposto a assumir todo o tipo de custo*

**N**o marco estritamente analítico e menos doutrinário, a partir da gestão de Rio Branco (1902-1912) até o início do governo Collor de Mello (1990-91), a política externa brasileira, entendida como a ação diplomática em torno da visão da natureza do sistema internacional, tem oscilado entre dois paradigmas básicos: o americanismo (tese do aliado preferencial) e o globalismo e/ou universalismo. O americanismo foi definido como o paradigma que concebia os Estados Unidos como o eixo da política externa, donde uma maior aproximação de Washington elevaria os recursos de poder do país, aumentando assim sua capacidade de negociação. O globalismo, concebido como uma alternativa ao anterior, elegia a diversificação das relações exteriores do Brasil como condição para o aumento de sua barganha no mundo, inclusive junto aos Estados Unidos (SOARES, 1994; PINHEIROS, 2000). Do ponto de vista histórico, os anos de 1940 até 1955 e logo de 1964 até 1974 correspondem aos períodos onde melhor fica delimitada

a hegemonia do enfoque americanista. Enquanto que nos anos de 1955 até 1964 e de 1974 a 1990 o paradigma globalista domina as orientações quanto à inserção externa do Brasil.

O fim da Guerra Fria também marca para a ação diplomática brasileira, e o seu paradigma (o globalismo), um questionamento forte de suas possibilidades de responder eficazmente ante as novas realidades que se inauguravam. O esgotamento do globalismo pragmático, de Geisel a Sarney, se explicaria em razão das transformações na ordem mundial que minaram o poder dos países do Sul e o discurso terceiro-mundista calcado nas denúncias do uso do poder assimétrico e de um multilateralismo a serviço também desses poderes (FONSECA JUNIOR, 1998). Começa-se então a falar da chamada crise de paradigmas na ação diplomática brasileira. Sem polaridades definidas como na época da Guerra Fria (nem no sentido Leste-Oeste nem Norte-Sul), vale indagar: como isso afetou o paradigma dominante da política externa e quais foram suas manifestações concretas?

Com a redemocratização, a reinserção internacional do Brasil passou a ser pensada à base dos seguintes pressupostos: a) o reconhecimento de que desde meados dos 80 já seria visível o esgotamento de um modelo de crescimento econômico sob bases cepalinas (ou de crescimento para dentro) que enfatizava a industrialização por substituição de importações. Isso já era visível em fins do governo Sarney e gerou a percepção da necessidade de um novo modelo de inserção. Com a chegada de Collor de Mello ao poder em 1990, de tendência fortemente liberal, b) a inserção da política externa num mundo globalizado e de polaridades indefinidas volta ao paradigma americanista ideológico, também chamado de modernização pela internacionalização. Uma condição necessária para esse objetivo c) era a construção de uma agenda positiva com os Estados Unidos removendo áreas de atrito que haviam caracterizado o intervalo 1974-1990, tais como liberalização comercial, propriedade intelectual, tratados de não-proliferação nuclear e meio ambiente.

Em compensação estar-se-ia preparando o caminho para melhorar a imagem do Brasil, para renegociar em melhores condições a dívida externa e ter acesso ao mercado de créditos e de tecnologia de ponta.

Com o *impeachment* de Collor de Mello em 1992, num primeiro momento o que aparece como uma mudança de orientação conceitual (ou de paradigmas como sugerem alguns) seguiu-se de uma readequação do paradigma globalista, vis-a-vis as mudanças operadas pela globalização e o fim da Guerra Fria, mas sem uma alteração significativa nos objetivos a serem contemplados. Essa readequação foi o que, em círculos da diplomacia brasileira, passou a chamar-se matriz emergente que frisava a idéia da *autonomia pela participação*. Na verdade, essa matriz emergente da política externa brasileira, a partir do governo Itamar, era uma saída de meio termo que tinha a vantagem de preservar a autonomia de suas escolhas frente aos Estados Unidos sem intentos desagregadores do relacionamento entre ambos países.

Essa matriz emergente pregava o abandono da *autonomia pela distância* que havia caracterizado a política externa brasileira frente aos Estados Unidos desde o tempos do pragmatismo responsável de Geisel (1974-79) até o governo de José Sarney (1985-1989); e a procura da *autonomia pela participação*. Em outras palavras: ao invés de uma autonomia isolacionista, uma autonomia em sintonia com o meio

internacional. Uma autonomia que refletisse o novo *mainstream* do sistema internacional, no qual o novo regionalismo era um elemento importante bem como a participação em organismos multilaterais mais poderosos como o Conselho de Segurança e a OMC. Isso significou ter uma visão positiva dos regimes internacionais (como o de não-proliferação de armas atômicas e os comerciais e financeiros), abrindo a

administrações de Itamar Franco (1992-1993) e do social-democrata Fernando Henrique Cardoso no primeiro mandato (1994-1998) fariam uma tentativa de aproximar o projeto de inserção externa a um posicionamento medido pela condição de país em desenvolvimento. Desta maneira, tentaram reconciliar dois projetos que vinham sendo debatidos desde a segunda metade dos anos 80: a construção de uma identidade de país continental com ênfase no regionalismo como nova forma de inserção internacional, com a de um país aspirante a *global trader*, com interesses múltiplos na dinâmica da globalização.

Assim, definiram-se três frentes de atuação específicas para atingir os objetivos da autonomia pela integração:

- De um multilateralismo terceiro-mundista, de estilo contestatário, as preferências orientaram-se para um reconhecimento positivo dos regimes internacionais mais expressivos. De uma denúncia dos regimes internacionais de poder como assimétricos passou-se então a uma reivindicação na participação no Conselho de Segurança da ONU como membro permanente e a uma participação mais ativa no GATT e posteriormente na OMC, e à procura de melhores termos de entendimento com o FMI.

- No tocante às relações com os Estados Unidos, estas seguiram marcadas pelos objetivos de procura de uma autonomia na política hemisférica. Desde os tempos de Itamar, a

**A**  
**autonomia pela**  
**integração substituiu**  
**o multilateralismo terceiro-mundista por**  
**um reconhecimento positivo dos regimes**  
**internacionais como ONU, OMC, FMI;**  
**combinou, nas relações com os**  
**EUA, a busca de autonomia e uma**  
**“agenda positiva”; e priorizou o**  
**fortalecimento do Mercosul**

possibilidade da construção de uma agenda positiva em torno de temáticas como meio ambiente, direitos humanos e democracia, temas nos quais por longas décadas a diplomacia brasileira invocou o princípio de não-intervenção.

Assim, face à matriz emergente, que na verdade consistia em sintonizar o paradigma globalista/universalista com os novos tempos, as

possibilidade de opor uma zona de livre comércio da América do Sul (ALCSA) à iniciativa dos Estados Unidos foi um projeto perseguido pela própria diplomacia presidencial e pelos operadores da política externa. No entanto, também não se descuidou da construção da agenda positiva com os Estados Unidos: os principais símbolos dessa diplomacia positiva em relação aos Estados Unidos foram o processo de abertura comercial e de privatização de estatais junto com a assinatura em 1998 do Tratado de Não Proliferação Nuclear (que desde os anos 60 havia sido denunciado pela diplomacia brasileira como injusto porque, nas palavras do embaixador Araújo Castro, congelava o poder nuclear em torno dos países que não haviam desenvolvido o ciclo do átomo até dezembro de 1967). A justificativa para esses atos foram a consolidação do processo democrático no Brasil e nos países sul-americanos, o fim da Guerra Fria e o que um dos ministros do governo FHC chamou de procura pela inserção no novo *mainstream* das relações internacionais contemporâneas: reformas econômicas liberais no nível global, negociações comerciais, política de meio ambiente e de direitos humanos, propriedade intelectual e melhora do *gap* de credibilidade internacional.

• Finalmente, no âmbito regional, dentro da estratégia de autonomia pela participação ou pela integração, o maior objetivo sem dúvida tem sido o fortalecimento do Mercosul,

visto como canal tanto para o instrumento propício ao desenvolvimento nacional quanto um instrumento da legitimação da atuação externa do Brasil no âmbito regional. E aqui deve ser destacado que a diplomacia brasileira tem feito um esforço de conciliar os objetivos econômicos da integração junto com a procura da estabilidade democrática nos países do Mercosul e da região sul-americana. Desta maneira, persiste a idéia

outras possibilidades dentro de uma estratégia de “círculos concêntricos”. O núcleo central desta política é o aprofundamento de etapas do Mercosul, tendo um primeiro entorno as negociações com os países sul-americanos. O círculo seguinte seriam as negociações com a ALCA e, finalmente, as negociações com a União Européia. A prioridade concedida pelo Brasil a cada um desses círculos viria das necessidades da política de *global trader*. Com a noção de *global trader*, a posição brasileira frente à integração hemisférica encontrava um fundamento conceitual, que seria especificado e ampliado no governo Itamar Franco, que, devido às dificuldades internas que

enfrentava desde sua posse e à pouca familiaridade com assuntos internacionais, nomeou Fernando Henrique Cardoso como ministro das Relações Exteriores.

Essa lógica manteve-se até o final do segundo mandato do governo FHC (2002). No início de 2003 chega ao poder o ex-metalúrgico do Partido dos Trabalhadores, de tendência de esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva. De imediato, no tocante à política

de que o Mercosul é um instrumento para tratar com a globalização e, por sua vez, aumentar a capacidade de barganha de poder internacional e regional, especialmente na América do Sul. Porém, o regionalismo do Mercosul não constitui uma escolha exclusiva e excludente para o país: seria essencialmente uma “reserva de autonomia” para uma maior projeção global e, por isso, está aberto a

externa, três elementos de curto prazo devem ser destacados nos inícios do Governo Lula na tentativa de ganhar a confiança dos mercados internacionais: primeiro, o reconhecimento de que os *constraints* internacionais limitam as possibilidades de uma política doméstica plenamente autônoma, deixando pouca margem de manobra para um país emergente (*potência média* ou *país periférico*)

**A política  
externa “ativa e altiva”  
do atual governo reuniu desde o início três  
elementos: a tentativa de ganhar a confiança  
dos mercados globais, intensa atividade  
diplomática e a exploração do forte  
apelo simbólico da figura de Lula**

em desenvolvimento, como também se costumava chamar países como Brasil, China, Índia e África do Sul). Sendo assim, ganhar credibilidade internacional transforma-se quase que numa *política de Estado*, que disciplina e enrijece os intentos de movimentos bruscos.

Uma segunda característica notável da gestão Lula tem sido a intensa atividade diplomática do Ministério de Relações Exteriores e da diplomacia presidencial. O presidente brasileiro, em algo mais de dois anos de governo, visitou mais países do que todos os que visitou o presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) em seu período de oito anos no comando do governo brasileiro. Inúmeros projetos e acordos bilaterais foram assinados nas viagens presidenciais a diferentes continentes: na América Latina (Argentina, Chile, Equador, Bolívia, Peru, Venezuela, México, Cuba); África (Angola, San Tomé e Príncipe, Moçambique, Namíbia e África do Sul); Oriente Médio (Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito e Líbia); Europa (Portugal, Reino Unido, França, Espanha, Alemanha e Suíça); Estados Unidos (em várias ocasiões); e Ásia (Índia, China). O presidente Lula esteve presente em fóruns multilaterais, tais como Davos, Porto Alegre, Eiva (G-8), ONU, UNCTAD e a cúpula de Presidentes da Íbero-América e do Mercosul.

Um terceiro elemento destacado pela atual administração é a dimensão simbólica da figura presidencial. Se a reconhecida trajetória intelectual do presidente Fernando Henrique Cardoso foi importante para a construção de uma imagem positiva

do país, é claramente notável que essa dimensão simbólica, fundada na trajetória pessoal, sindical e de atuação política do presidente Lula, trate de ser explorada pela diplomacia do país numa tentativa de transformar prestígio pessoal em capital político. Essa meta não é ocultada, mas explicitada objetivamente pela mesma chancelaria brasileira. Enfim, como discutiremos na última seção, o Governo Lula parece estar operando uma nova alteração no paradigma da política externa brasileira ao afirmar insistentemente que o país está buscando o espaço que lhe cabe, o qual, do ponto de vista de Brasília, deve ser bem maior em comparação com a percepção dos Estados mais importantes no sistema internacional contemporâneo.

O Brasil tem uma ampla participação em organismos multilaterais internacionais tais como a ONU, a OEA, o Grupo dos 15, FMI, Banco Mundial, entre outros. No entanto, podemos dizer que, a partir dos 90, transformou três fóruns multilaterais no centro de sua preocupação: a OMC, o Conselho de Segurança da ONU e as negociações em torno da Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA). Na lógica da defesa do multilateralismo, a Organização Mundial do Comércio (OMC) foi reconhecida pela gestão de Fernando Henrique Cardoso como o núcleo duro da atuação econômica multilateral, levando em conta que este é “o foro por excelência, e o que melhor atende a nossos interesses, no que tange à formulação de regras de regulamentação, no plano internacional, das atividades

econômicas” (LAFER, 2001: 231). No governo de Cardoso, importantes vitórias parciais como a disputa que envolveu a empresa de aviação brasileira Embrear com a gigante do ramo canadense, a Bombardier, e vitórias quase absolutas como a disputa com as empresas multinacionais fabricantes de remédios contra o vírus do Aids, sustentaram a visão dos formuladores da autonomia pela integração de que organismos multilaterais com meios de arbitragem, tais como a OMC, permitem que mesmo com a assimetria de poderes entre Estados se obtenham resultados favoráveis eventualmente para os atores de menor poder relativo.

No campo multilateral uma vitória importante da política externa brasileira foi a decisão da OMC, de finais de abril de 2004, favorável ao recurso que o Brasil movia contra os subsídios que os EUA concedem a 25 produtos, originando concorrência desleal no mercado internacional. Quanto à meta do ingresso do Brasil como um membro permanente do Conselho de Segurança, este não é um objetivo novo, vem sendo colocado desde o governo de Itamar Franco (1992-1994). Desde então, tanto porta-vozes do Itamaraty quanto a própria diplomacia presidencial colocam a necessidade de uma reforma da ONU que reflita as mudanças na distribuição do poder internacional, o que significa necessariamente incorporar novos atores estatais com um peso importante ao menos nos assuntos regionais. Doutrinariamente, os operadores

da política externa brasileira identificam sua aspiração como parte da “democratização das relações internacionais”, o que sugere que a incorporação do país como membro permanente, assim como de outros países em desenvolvimento, é autopercebida como uma maneira de solucionar o *déficit de legitimidade* da organização “de modo a torná-la mais representativa e mais eficaz. A candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança parte dessa convicção” (SILVA, 2004).

Congruente com a aspiração de ingressar no Conselho de Segurança da ONU como membro permanente foi interpretado o envio e comando de tropas, em representação da ONU, em maio de 2004. Se bem é verdade que em anos recentes, nos governos de Cardoso, o Brasil juntou esforços em missões de paz da ONU em Timor Leste e Angola, o objetivo político de fundo do envio de tropas ao Haiti no primeiro semestre de 2004, sob o comando brasileiro, é muito mais explícito: uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU. Como reconhece *The Economist*, “Esta é uma pequena força, mas de uma importância simbólica significativa (...) Brasil tem sido um introvertido gigante, limitando-se a ser um espectador na política mundial. Agora isso está mudando”... Em outras palavras, essa iniciativa indica uma alteração na forma de condução da política externa

brasileira pelo Governo Lula, indo além da autonomia pela integração, inaugurando um tipo de *autonomia pela afirmação* soberana dos interesses nacionais, inclusive, se necessário, com o incremento do *hard power* brasileiro.

Em relação à ALCA, a estratégia negociadora brasileira desde os governos de Cardoso tem tido as seguintes características: a) liberalização comercial hemisférica condu-

tratégia dos EUA de negociar caso a caso, o Brasil prefere a estratégia de negociar por bloco, para aumentar o poder de negociação; d) prazos mais amplos, como uma forma de ganhar tempo para que as empresas brasileiras e do Mercosul se adequem às novas realidades competitivas que sugere a ALCA; e finalmente, e) o Brasil tenta introduzir mudanças na estrutura de negociação: enquanto os EUA preferem uma agenda centrada na liberalização de serviços, propriedade intelectual, meio ambiente e compras governamentais, o Brasil mantém persistentemente uma agenda centrada nos subsídios agrícolas e regras *antidumping*.

A estratégia elaborada no governo Cardoso pouco mudou em comparação à atual gestão, e pode dizer-se que aquela estratégia de cinco pontos se mantém intacta. Não obstante, algumas alterações começam a emergir. Deu-se no governo Lula um esforço sobre o que seus *decision makers* em política externa chamam de *ALCA flexível* por oposição ao que os negociadores dos EUA chamam de *ALCA ampla* (que incluiria uma totalidade de itens que iriam da liberalização comercial até subsídios e regras *antidumping*). No que foi considerado uma das primeiras vitórias da política externa frente aos EUA na Reunião Ministerial de Miami, de finais de 2003, o Brasil conseguiu concretizar sua proposta, emergindo dessa reunião um formato de acordo que começou a denominar-se de *ALCA light* (ou flexível). A *ALCA light* define que haverá um

***O objetivo político de fundo do envio de tropas ao Haiti é muito explícito — uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU — e indica uma alteração na condução da política externa brasileira pelo governo Lula***

zida a partir os acordos regionais já existentes (Mercosul, Comunidade Andina de Nações, Mercado Centro-Americano, Caricon). O objetivo é fortalecer esses acordos para aumentar a posição negociadora frente aos EUA; b) aprofundamento dos acordos do Mercosul e progressividade, procurando-se não substituir ou enfraquecer os acordos já assinados no âmbito deste acordo; c) frente à es-

acordo básico sobre temas de negociação para todos os países e que a partir desse acordo cada país negocia um aprofundamento nos temas que quiser e com as nações que desejar.

As negociações com os EUA na gestão Lula apresentam dois pontos de descontinuidade em comparação à administração anterior de Fernando Henrique Cardoso. Em primeiro lugar, do ponto de vista conceitual. As negociações em relação à ALCA têm sido dirigidas através do que a diplomacia brasileira chama de “três trilhos”, que consistem “em focalizar as negociações no aspecto de acesso a mercados, sob o formato atual; deixar para a OMC os temas mais delicados para um ou outro lado (no nosso caso, regras para investimentos, serviços e propriedade intelectual, entre outros); e manter no arcabouço da ALCA questões como regimes de origem, solução de controvérsias, fundos compensatórios etc.” (AMORIM, 2004-a). Em segundo lugar, tem havido ênfase na integração como processo associativo. Assim se tem dado prioridade às tentativas de integrar como membros associados países da Comunidade Andina de Nações (CAN) e à procura de acordos com a União Européia. Durante o Governo Lula, Peru e Venezuela foram integrados como membros associados ao Mercosul e se adensa o processo de associação comercial com a União Européia (UE).

Este interesse num acordo com a UE de alguma maneira induz a uma mudança conceitual, dado que no governo Cardoso o Brasil dirigia sua ação integracionista dentro da estratégia dos “círculos concêntricos”, a qual definia como o núcleo duro de

sua ação o Mercosul, e a partir dali as prioridades eram América do Sul, ALCA e UE. Na conjuntura da política exterior brasileira a ALCA passa a ter o último nível de prioridades, segundo as próprias palavras do chanceler Amorim (2004-b): “Para o governo brasileiro, as negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) são o alvo número 1, e com a União Européia (UE), o número 2. A Alca fica para depois: não que seja menos relevante, não por nosso desejo, mas só porque está mais atrasada”.

A política externa brasileira vive um momento de transição, no qual se conservam as grandes linhas traçadas no período de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, isto é, no chamado período da autonomia pela integração, mas no qual são visíveis alguns traços originais que tendem a diferenciá-la de períodos precedentes, os quais parecem indicar um novo padrão de alinhamento que estamos aqui caracterizando como *autonomia pela afirmação*. Quais são os parâmetros que nos permitem afirmar isso? As evidências são várias. Em primeiro lugar, no âmbito do discurso diplomático as metas, ao contrário do passado, são esboçadas com um grau menor de ambigüidade. Termos como a aspiração à liderança regional ou o ingresso como um *global player* no Conselho de Segurança da ONU passaram a formar parte de uma metodologia explicativa da política externa que não se esgota em si mesma, mas que é acompanhada por ações tendentes a guardar um mínimo equilíbrio entre aspirações, meios disponíveis e circunstâncias.

Em segundo lugar, existe uma maior disposição em criar condições em nível regional para sustentar um projeto de liderança política. Os meios para essa finalidade são diversificados, abarcando desde o aprofundamento dos projetos de integração regional na América do Sul até a atuação mais ativa em crises políticas em países sul-americanos e fora da região. Essa atitude pode render duas vantagens significativas para o Brasil: de um lado, toma iniciativas que, cientemente, são esperadas de um aspirante a líder regional; e, de outro lado, ao usar como meio de solução de conflitos a procura da estabilidade institucional democrática, em crises políticas regionais, melhora a imagem de um país que durante um bom número de décadas foi visto com muita desconfiança, nas suas intenções, por seus vizinhos sul-americanos. Acrescente-se a isso o desejo de passar a compartilhar responsabilidades em matéria de segurança regional como mostra o caso do Haiti, o que tem levado a sustentar que o país começa a acordar para uma política mais musculosa (ver *The Economist*, 2004, op. cit.).

Existe também uma tentativa de coordenar ações coletivas com os países do Sul em desenvolvimento, como a Índia e a África do Sul. E quiçá não se trate simplesmente do esboço de uma política calcada nos velhos moldes do discurso Norte-Sul, mas da compreensão de que uma “nova geografia comercial” só é possível de atingir se os países na mesma condição que o Brasil pensarem mecanismos políticos de coordenação de políticas econômi-

cas que levem em conta já não os pressupostos de solidariedade da Guerra Fria que foram descaracterizados faz já algum tempo, mas sim os pressupostos da globalização.

Em quarto lugar, um indicativo de que *algo de novo* está acontecendo na política externa do Brasil é sugerido pelas reações na sociedade, que é ao fim de contas o objeto de toda política pública. A indiferença a uma política pode ser um indicativo de poucas mudanças operadas nos conteúdos da política. Esse não é o caso da atual política externa que, como vimos em páginas anteriores, registra níveis de popularidade pouco vistos na história da política externa e talvez seja um dos poucos itens consensuais quanto às políticas públicas da gestão. A inserção dessa política em setores dos meios de comunicação, no debate acadêmico e nos meios empresariais, é bastante notável.

Como explicar essas características que marcam a transição da atual política externa? Quatro fatores nos parecem destacados: a) a atual “diplomacia do concreto” (frase do ex-ministro das Relações Exteriores Celso Lafer) deve muito, justiça seja feita, aos formuladores de política externa que vão desde o governo Itamar Franco até o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, que criaram condições políticas necessárias para uma política externa mais afirmativa e musculosa; b) as origens políticas de esquerda, fundadas nas doutrinas do Partido dos Trabalhadores (VELAZCO E STUART, 2004; ALMEIDA, 2003); c) o capital simbólico representado pela própria figura do presidente Lula, que o Itamaraty tem eficientemente explo-

rado em fóruns internacionais; e, finalmente, o perfil e história política dos principais formuladores de política externa hoje instalados em lugares-chaves como o Ministério de Relações Externas e a Secretaria Política do Itamaraty. Em ambos casos as posições atuais dos condutores dessas agências, que enfatizam um estilo mais contestatário, autônomo e arrojado da política externa, já estavam presentes bastante antes de assumir as atuais responsabilidades.

E qual é o ponto frágil da nova política externa do Brasil? O projeto incompleto de modernização do desenvolvimento interno, em que convive o Brasil opulento com o Brasil social e economicamente desigual. É certo que uma pré-condição para agregar poder externo é a boa saúde entre seus cidadãos. Parece-nos que uma das hipóteses com as quais trabalha a administração atual é que não há necessidade de atingir níveis de modernização parecidos aos de países em desenvolvimento para posteriormente começar a projetar o poder e os interesses nacionais. Ambas metas parecem assim compatíveis de serem atingidas ao mesmo tempo.

Se esta hipótese é correta, estamos no fim de uma longa transição iniciada nos anos 90 e inaugurando uma nova fase da política externa, que ainda não foi batizada com nome apropriado. Poderíamos caracterizá-la, ainda que provisoriamente, seguindo os conceitos de autonomia pela distância e autonomia pela integração, como sendo uma *autonomia pela afirmação*, pela qual o Governo Lula decidiu tornar o Brasil um dos principais atores protagônicos

por meio da afirmação intransigente dos interesses nacionais no sistema internacional contemporâneo. Inclusive, caso necessário, estando disposto a assumir tanto os custos econômicos e políticos quanto os militares-estratégicos.

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Paulo Roberto de (2003). “A política internacional do Partido dos Trabalhadores”, Revista de Sociologia e Política, n° 20 (junho)
- AMORIM, Celso Luiz Nunes (2004-a). Texto da aula magna proferida na UFRJ, Rio de Janeiro, 12/03/04”. Disponível no site: <http://www.mre.gov.br/index.htm/>
- AMORIM, Celso Luiz Nunes (2004-b). Entrevista concedida pelo Senhor Ministro de Estado, Embaixador Celso Amorim, ao programa Bom Dia Brasil - Celso Amorim fala da decisão da OMC favorável ao Brasil e das relações com a União Européia. Disponível no site: [http://www.mre.gov.br/portugues/politica\\_externa/discursos/discurso\\_detalhe.asp?](http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?) , 29/04/2004.
- CARVALHO, Leonardo Arginiro de (2003). “Limites à política externa brasileira: perspectivas para o governo Lula”. In: CARVALHO, Leonardo Arginiro de *et alii*. Curitiba: Juruá Editora.
- CRUZ, Sebastião C. e STUART, Ana Maria (2004). “Mudando de rumo: a política externa do governo Lula”. Mimeo. São Paulo.
- FONSECA, Gelson Junior (1998). *A legitimidade e outras questões de política internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- LAFER, Celso (2001). *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira. Passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva
- LIMA, Maria Regina Soares de (1994). “Ejes analíticos e conflitos de paradigmas en la política exterior brasileña”. In: *América Latina/Internacional, Vol. 1, no 2 2*.
- MELLO, Flávia Campos de (2000). Regionalismo e inserção internacional: continuidade e transformação da política externa brasileira dos anos 90. Tese de Doutorado. São Paulo: USP.
- PINHEIROS, Letícia (2000). “Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e prática da política externa brasileira contemporânea”. In: Contexto internacional, Vol. 2, n. 2.
- SILVA, Luiz Inácio Lula da Silva (2004). “Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Posse, no Congresso Nacional”. Disponível no site: [www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br)
- SILVA, Alexandra de Mello e (1995). “O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea”. In: Estudos Históricos, Vol. 8, no. 15.
- THE ECONOMIST: “Brazil is bidding for big-power status. What sort of power does it want to be?” 10/06/2004. Disponível no site: [www.economist.com](http://www.economist.com), 10/06/2004.